

Paper do NAEA Volume 28

Um levantamento histórico da imigração internacional para a Amazônia brasileira: do protagonismo do além-mar para a importância sul-americana¹

Pedro M. Staevie²



RESUMO

A Amazônia brasileira, ainda que em números inferiores a outras porções do país, tem recebido, desde as últimas décadas do século XIX, um importante contingente de imigrantes internacionais. Dados atuais estimam que o número de estrangeiros residindo naquela região do Brasil possa chegar a mais de 50 mil indivíduos, das mais distintas nacionalidades. Os dados mostram ainda uma mudança na origem e procedência destes imigrantes se comparado aos que chegavam no início do século XX. Ainda que, por questões relacionadas à coleta dos dados, nem todas as informações contidas neles possam ser comparáveis, o presente artigo busca fazer um balanço das imigrações internacionais para a Amazônia brasileira no final do século XIX/início do século XX e final do século XX/início do século XXI.

Palavras-chave: Migração estrangeira. Fluxos migratórios. Amazônia.

1 Este artigo é, com algumas modificações e incorporações analíticas, a tradução do capítulo “Un balance histórico de las migraciones internacionales hacia la Amazonia brasileña”, publicado no livro “Migraciones en las Americas”, editado em 2019 pela editora do “El Colegio De México”, organizado por Silvia Giorguli, David Lindstrom e Jéssica Nájera (ISBN: 978-607-628-476-6).

2 Economista, Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFGA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR. Contato: pedrostaevie@yahoo.com.br.

ABSTRACT

The Brazilian Amazon, although in smaller numbers than other parts of the country, has received, since the last decades of the nineteenth century, an important contingent of international immigrants. Current data estimate that the number of foreigners residing in that region of Brazil may reach more than 50,000 individuals, of different nationalities. The data also show a change in the origin and previous residence of these immigrants compared to those who arrived in the early twentieth century. Although, due to data collection issues, not all the information contained therein can be comparable, this paper seeks to make a balance of the international immigration to the Brazilian Amazon in the late 19th /early 20th and late 20th/early 21st century.

Keywords: Foreign migration. Migratory flows. Amazon.

.

IMIGRANTES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Durante o período das chamadas grandes migrações internacionais, a Amazônia brasileira recebeu um contingente significativo de imigrantes estrangeiros, contando com aproximadamente 39 mil deles nos estados do Pará e Amazonas (SANTOS, 1980). Naquela época, destacavam-se os imigrantes europeus, em particular os portugueses, os espanhóis e italianos. Também, segundo dados arrolados por Emmi (2009), os turcos asiáticos representavam uma colônia importante, assim como os sírio-libaneses.

Conforme Emmi (2009), um retrato da imigração internacional na Amazônia pode ser encontrado nos dados sobre o movimento migratório no porto de Belém no início do século XX. De acordo com a autora, a partir de dados retirados do Anuário Estatístico do Brasil, entre 1908 e 1910, entraram pelo porto de Belém aproximadamente 13,5 mil estrangeiros, das mais diversas nacionalidades. Destacavam-se os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%), os ingleses (7,18%), os turco-árabes (4,69%) e os italianos (4,15%). Ainda que não seja o único fator explicativo, o grande fluxo de estrangeiros para a Amazônia naquele momento está atrelado ao boom da atividade gomífera, que leva a desdobramentos econômicos e sociais importantes, tais como a expansão comercial, fabril e de serviços, além de um processo de intensa expansão urbana das principais cidades da região, em particular Manaus e Belém.

Já em 1842, a borracha figurava como o terceiro produto no total das exportações brasileiras, chegando ao topo da lista nos anos de 1847 e 1860, levando a uma exaltação sobre o “ouro branco” da Amazônia, contribuindo para a expansão das imigrações em direção à região (estrangeiros e brasileiros). Nessa época, o progresso tecnológico passou a explorar novas utilizações para a borracha: bolas de borracha, cintos, ligas, espartilhos, suspensórios, cadeiras, sacos para água quente, capas impermeáveis, tapetes e os pneus para veículos e bicicletas, “provocando um aumento de exportação do produto natural, como matéria-prima para os novos parques industriais, muito superior às exportações anteriores dos produtos manufaturados” (SANTOS, 2004).

Todavia, a riqueza gerada concentrava-se nas mãos de poucos, como os seringalistas (donos dos seringais). Estes, segundo Santos (2004, p. 35-6), “se juntavam aos estrangeiros ingleses, franceses, alemães, portugueses e outros a quem geralmente confiavam a administração dos seus negócios”. Para as alterações urbanas em curso nas principais cidades, novos materiais de construção chegavam de vários países da Europa, como Portugal, França e Itália, “de onde vinham também muitos dos profissionais que cuidaram de executar as alterações de estilo” (DAOU, 2000, p. 32). Muitos destes profissionais permanecerão definitivamente naquelas cidades após a finalização das obras, contribuindo para o aumento da população estrangeira residente na Amazônia.

No que tange a Manaus, Daou (2000) aponta a criação de vários clubes sociais por parte dos estrangeiros: o Bosque Clube dos Ingleses, o Rudder Clube dos alemães e os clubes portugueses. Também em Manaus, assim como em Belém são criados clubes libaneses. Chama a atenção, ainda segundo Daou (2000) a existência em Belém de uma arena de touradas espanholas, onde se encontra hoje a Praça Batista Campos, região central da cidade.

Os imigrantes estrangeiros na economia amazônica

Em trabalho anterior (STAEVIE, 2018), ao analisar o papel dos imigrantes no mercado de trabalho amazônico, verificamos que os estrangeiros exerciam diversas atividades econômicas na região, ocorrendo, de certa forma, uma etnização das profissões. Os ingleses se destacaram na construção de portos, produção de energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, no comércio e no setor de concessão de crédito, onde contavam com a concorrência dos franceses e dos estados-unidenses. Judeus, africanos do norte e espanhóis se voltaram principalmente para as atividades de escritório e contabilidade. Já os portugueses se encontravam em maior número nas atividades comerciais (EMMI, 2009). Ainda segundo Emmi (2009, p. 265), valendo-se de Santos (1980), “os estrangeiros de modo geral deram significativa contribuição na organização dos serviços terciários de natureza privada, numa região que dava os primeiros passos na esfera do capital mercantil”.

Antes mesmo do “ciclo da borracha”, a região já contava com a presença de imigrantes estrangeiros. Fugindo de perseguições religiosas, discriminações e até mesmo da fome, judeus sefaraditas marroquinos e outros grupos étnicos desembarcaram na Amazônia a partir da segunda década do século XIX, sendo a maioria procedente de Tânger, Fez, Rabat, Sale, Tetuan e Marrakesh (SOUZA, 2009).

Ao analisarmos documentação de registros de casamento das 3ª e 5ª Varas Cíveis de Belém, depositados no Centro de Memória da Amazônia (CMA), referentes aos anos de 1899 e 1900 encontramos o registro de casamento dos marroquinos Moysés Samuel Marques, 29 anos (noivo), naturalizado brasileiro e Syme Affalo (noiva), de 18 anos, natural de Tânger. O registro aponta que o noivo era comerciante e que a noiva tinha os pais comerciantes residentes também na cidade de Belém.

Já a partir do início do século XIX, judeus procedentes do Marrocos, Argélia e Egito migravam para a região amazônica. Ainda naquele século, a publicação de um conjunto de leis e tratados portugueses favoreceu o retorno de judeus marroquinos a Portugal, de onde muitos deles acabaram seguindo para o Brasil através da rota Tanger-Lisboa-Belém. Em 1808, o príncipe regente D. João VI abriu os portos do Brasil às potências estrangeiras, fato que admitia o ingresso de pessoas de religião não católica no país. Em 1810, o tratado de comércio e navegação assinado com a Inglaterra, registrava expressamente em seu artigo 12 que “os estrangeiros residentes nas possessões portuguesas não seriam perseguidos ou inquietados por matérias de consciência, assim nas pessoas, como nos seus bens” (CMA). Outra lei publicada no mesmo ano (em 18 de fevereiro) em Portugal, ratificando as liberdades e os privilégios concedidos pelos primeiros reis daquele Reino aos judeus foragidos, também se tornou convidativa ao grupo que sofrera séculos de perseguição na Península Ibérica e que desde o domínio mulçumano se via em condições restritas também em Marrocos (CMA).

Esse conjunto de leis, apesar de importante, não explica, de todo, o interesse de judeus marroquinos pela região. Nas últimas décadas do século XIX foram lançados em Portugal e outros países europeus anúncios buscando atingir trabalhadores e investidores para a Amazônia brasileira. No imaginário europeu as representações da Amazônia oscilavam entre um ambiente hostil e inseguro e o “El dorado”, abundante em oportunidade de enriquecimento (CMA).

Assim como outros grupos de imigrantes, os judeus sefaradim também contavam com outra fonte de informação e estímulo - a rede de parentescos e até mesmo de amizades que se formava em Belém e Manaus. Conforme aponta texto do CMA, “entre os que vieram para o Brasil e os que permaneceram em Marrocos e Portugal muitos postais, cartas e pequenas correspondências foram trocados”. Nestas correspondências, as notícias de enriquecimento e prosperidade encorajavam jovens judeus a se aventurar pelas cidades da Amazônia, principalmente nos grandes centros de Manaus e Belém.

Já os sírio-libaneses chegaram com mais intensidade entre o final do século XIX e início do século XX, no auge da exploração amazônica da borracha. Segundo Emmi (2013), é difícil quantificar com precisão o número de sírios e libaneses que entraram no Brasil, pois nos registros aparecem como turcos, turco-árabes, turco-asiáticos, sírios ou libaneses. Entretanto, segundo Knowlton (1961 *apud* EMMI, 2013), entre o final do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial, a imigração síria e libanesa cresceu, registrando 11.101 entradas em 1913. Segundo o mesmo autor, este movimento intensificou-se na década de 1920, com cerca de 5 mil entradas anuais.

Entre as profissões destes imigrantes, destaca-se a de comerciante/negociante, cerca de 85% dos passageiros (EMMI, 2013). Mas outras profissões aparecem nos relatórios: vendedor ambulante, industrial, ourives, alfaiate, caldeireiro, jornalista, seringueiro, agricultor, jornalista, clérigo e cozinheiro. Para a autora, cabe destacar a intensa mobilidade destes imigrantes sírios e libaneses (comerciantes), que se deslocavam dentro da própria região ou mesmo para portos do Nordeste e do Sudeste.

A termo de exemplo, recorreremos novamente ao arquivo da 5ª vara cível, depositado no Centro de Memória da Amazônia. Em novembro de 1906 registra-se o casamento de Rage Bacha, 45 anos e Magdalena Jorge Bestene, 20 anos, ambos de nacionalidade síria. O noivo (Rage Bacha) era comerciante na cidade de Belém. O pai da noiva (Magdalena), também sírio, igualmente residente em Belém era, provavelmente, comerciante. Sua mãe residia na Síria.

No tocante aos italianos, em importante trabalho realizado sobre esta nacionalidade, Emmi (2013), aponta que a principal motivação para o deslocamento em direção à Amazônia foi a busca pelas riquezas decorrentes da exploração da borracha. Os italianos deixaram também suas marcas em estabelecimentos de ensino e de saúde (hospitais). Outro grupo importante era composto por arquitetos, pintores, músicos e outros artistas.

Embora o número de imigrantes que se dirigiram para a Amazônia seja menos expressivo, se comparado com os que foram para o Sul e Sudeste do Brasil, evidências empíricas permitem agrupar os imigrantes italianos em dois grandes segmentos: os que foram para as colônias agrícolas, através de imigração subsidiada e os que se dirigiram para as cidades de forma espontânea. A imigração dos dois segmentos foi contemporânea, entretanto, diferenciadas quanto às razões norteadoras do movimento migratório, à composição social, à origem regional e às áreas de destino dentro da Amazônia.

Os imigrantes que se dirigiram para as colônias agrícolas no Pará eram formados por grupos familiares de agricultores que deixaram a Itália destinando-se a povoar colônias agrícolas localizadas às margens da estrada de ferro Belém-Bragança, no atual município de Castanhal e colônia modelo de Outeiro, localizada no distrito de Icoaraci, em Belém do Pará. A origem dos imigrantes que foram para estas colônias era o Vêneto, Lombardia, Piemonte e Emilia Romagna. Os que se deslocaram para lanetama, eram oriundos do Vêneto, da Campânia e da Sicília.

Já a procedência dos italianos que foram para as cidades amazônicas era bastante diversificada. Algumas famílias tinham origem na Itália setentrional, das regiões do Vêneto, Lombardia, Emilia Romagna, Piemonte e Ligúria, ou da Itália central, região do Lazio e da Toscana, e ainda da Sicília. Entretanto, a maioria dos imigrantes (aproximadamente 90%) era oriunda da Itália meridional, principalmente das regiões da Calábria, Basilicata e Campânia. Constituiu um grupo mais numeroso do que o da colonização dirigida para as colônias agrícolas e teve maior continuidade. Seus descendentes ainda são encontrados em várias cidades amazônicas (EMMI, 2013).

Os italianos se dirigiram principalmente às cidades fixando-se em Belém e Manaus e em alguns municípios localizados ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, por onde circulava o capital mercantil decorrente da economia gomífera. Demasi (2015), além dos residentes em Manaus, elenca famílias italianas que se fixaram em municípios do interior do Amazonas, como Maués, Parintins, Uaupés, Urucurituba e Itacoatiara. Na capital amazonense, Demasi (2015) mostra uma extensa diversidade laboral entre os imigrantes italianos, proporcionado pelo crescimento urbano que promovia condições favoráveis e criava um mercado de atividades de prestação de serviços, o que acabou por atrair boa parte dos imigrantes que chegavam às cidades (EMMI, 2009).

Mais uma vez lançamos mão dos arquivos de registros de casamento das 3ª e 5ª Varas Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, depositados no Centro de Memória da Amazônia (CMA), para exemplificar. Com dados referentes aos anos entre 1899 e 1909, compilamos cinco registros de casamento envolvendo italianos e/ou italianas. Dos cinco casamentos, dois deles envolviam italianos(as) e portugueses(as), um deles o noivo italiano e a noiva espanhola, em um deles ambos eram italianos e o outro envolvia o noivo italiano e a noiva amazonense. No que tange as profissões elencadas, encontramos comerciante, industrial, prenda doméstica e até mesmo professor de música.

Nos mesmos arquivos, encontramos imigrantes (noivos/noivas) de outras nacionalidades menos recorrentes, mas não menos importantes: guianenses (Guiana Inglesa e Guiana Holandesa), cubanos, dominicanos, franceses, ingleses, húngaros e barbadianos.

Outros imigrantes importantes no período considerado são os portugueses e os espanhóis, abordados a seguir.

Imigrantes ibéricos na Amazônia brasileira

O primeiro censo demográfico brasileiro, realizado ainda durante o período imperial, em 1872, contabilizava a existência de 158 espanhóis vivendo no estado do Pará, suplantados em número total apenas pelos portugueses (4.463) e franceses (210). Em número menor que no Pará, foram contabilizados no Amazonas 35 indivíduos, ocupando também a colocação de terceira maior colônia de imigrantes estrangeiros no estado, suplantados pelos portugueses (689) e ingleses (56).

Já em 1894, conforme Emmi (2013), o vice-cônsul da Espanha em Belém apresentou informações que mostravam a existência de 600 espanhóis residindo na capital paraense, na sua maioria oriunda da Galícia. A partir de então, ocorre um aumento expressivo na entrada de espanhóis no Pará, particularmente para as colônias agrícolas criadas na região bragantina, colônias estas concebidas pelo governo paraense visando resolver o problema da falta

de mão-de-obra para a produção de alimentos. Tal escassez de produtores é resultado do deslocamento dos agricultores para os seringais em busca do tão almejado “ouro branco”, abandonando a produção de gêneros alimentícios nas propriedades rurais.

Dois anos depois, segundo Smith e Garvão (2015), em 21 de fevereiro de 1896, o então governador do Pará, Lauro Sodré, sancionou a lei 330 autorizando a entrada de cem mil imigrantes na região ao longo de dez anos. A esses imigrantes seria garantido tratamento médico nos núcleos coloniais, hospedagens, refeições, transporte e passagens nos vapores que ligavam a Espanha ao Pará. Estes navios saíam geralmente de Vigo, na região da Galícia. Do porto de Vigo partiam imigrantes espanhóis regulares, mas também imigrantes irregulares de origem portuguesa, muitos deles escapando do serviço militar obrigatório naquele país.

Declarando Francisco Cepeda, Heliodoro Jaramillo e Emílio Martins como agentes da introdução de imigrantes no estado, a eles era determinado que os ficassem obrigados a fazer às suas custas a propaganda nos países de potenciais imigrantes. Foi assim que em 1895 foi editado em Barcelona um livro intitulado *El Pará*, visando atrair espanhóis para o Estado. Em 1896 foram introduzidos 3.168 imigrantes espanhóis, dos quais 1.777 partiram para os núcleos agrícolas (principalmente de Monte Alegre e Bragança) e 1.368 permaneceram na capital (trabalhando, sobretudo em estabelecimentos industriais).

Em 1900, o censo das colônias agrícolas apontou a existência de 3.283 imigrantes espanhóis residindo em 10 colônias agrícolas do estado do Pará. Entretanto, apenas dois anos depois, em 1902, é desativado o programa de colônias agrícolas com imigrantes estrangeiros no Pará, levando a um deslocamento destes para as principais cidades da região, em particular para Belém. Lá, juntam-se às levas de imigrantes que haviam chegado de forma espontânea na cidade. Inclusive, Emmi (2013) afirma que alguns jornais da época registravam que muitos destes imigrantes, por não conseguirem nenhuma ocupação, viviam de mendicância para tentarem sobreviver.

Mesmo com o fim do programa de colônias agrícolas com imigrantes estrangeiros em 1902, o movimento migratório para o Pará continuou, de onde se infere que se dirigiam em direção às cidades. O anuário estatístico do Brasil, segundo Emmi (2013), mostra que cerca de 13.500 estrangeiros de diversas nacionalidades, contabilizando os espanhóis, 15,98% do total de imigrantes entrantes na cidade.

Nos registros de casamento das 3ª e 5ª Varas Cíveis do Tribunal de Justiça do Pará, em poder do Centro de Memória da Amazônia, referentes ao período 1899 – 1909, encontramos 17 registros de casamento envolvendo espanhóis e/ou espanholas. Chama atenção que, diferentemente dos portugueses, as uniões conjugais são, fundamentalmente, entre os nacionais. Concernente às atividades laborais, encontramos artistas, comerciantes, comerciários, jornalista, carreiro, agricultor e barbeiro.

Quanto à entrada de espanhóis no Amazonas, não existem indícios de uma política de agenciamento de imigrantes estrangeiros para colônias agrícolas como ocorrera no Pará entre 1896 e 1902, ano de interrupção da referida política. Para o Amazonas, a imigração espanhola foi tipicamente urbana, em particular para Manaus. Segundo Nóvoa Silva (2010 *apud* EMMI, 2013), em 1900 havia aproximadamente 3,0 mil espanhóis residindo na capital amazonense.

Samuel Benchimol, utilizando dados da Revista da Associação Comercial do Amazonas, informa que entre os recebedores e aviadores da borracha em Manaus, havia cinco firmas

cujos proprietários eram espanhóis: Suarez, Hermanos & Cia.; J.C.C. Araña & Hermanos; M.M. Cobracho e Cia.; R. Suarez & Cia.; e C.C.M. Asensi e Cia. (EMMI, 2013). Após o declínio da borracha, muitos espanhóis que haviam se estabelecido em cidades do interior do Amazonas acabam se transferindo para a capital, onde vão atuar como nos ramos de panificação, livraria, sapataria, funilaria, ourivesaria e no setor de serviços.

Já no tocante aos portugueses, em 1890 estimaram-se entre 150 mil e 200 mil imigrantes no Brasil. Estes imigrantes se espalharam por todas as regiões do país, em destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, não foi desprezível o número de portugueses que se dirigiram para a Amazônia, tampouco sua relevância e contribuição para a economia da região.

Conforme Bassanezi (1995), o fluxo migratório português em direção ao Brasil segue três tipos de movimentos: 1) a migração no contexto da colonização; 2) a migração de indivíduos, associada principalmente a sujeitos vinculados ao comércio, que envolvia jovens que emigravam para o Brasil para tornar-se ricos em função de diversas atividades e voltar, ou jovens empregados de estabelecimentos comerciais portugueses no Brasil; 3) a migração de indivíduos e famílias pobres, compostas por trabalhadores braçais para a agricultura. Estes três tipos coexistiram até o fim da primeira metade do século XX.

No período do auge da atividade gomífera, diversas firmas comerciais portuguesas se estabeleceram na Amazônia, em particular em Manaus e em Belém, “suprindo de mercadorias à base do sistema de aviação, ou seja, dando crédito pessoal em troca de produtos extrativos destinados à exportação” (ARAGÓN, 2013, p. 226). Mas neste período houve ainda uma imigração de portugueses pobres envolvidos em pequenos serviços ou empregados em pequenos comércios.

Em 1920, o Pará figurava em quarto lugar (excluindo o Distrito Federal) e o Amazonas o sexto lugar entre os estados receptores de portugueses, com 14.211 e 7.615 imigrantes, respectivamente. Ainda antes, em 1872 (Censo Demográfico), verifica-se a presença de 4.423 portugueses no Pará (71,3% do total de 6.259 estrangeiros no Estado) e no Amazonas, 689, perfazendo 31,33% do total de imigrantes estrangeiros no Estado.

Segundo Emmi (2013), a imigração portuguesa caracteriza-se como masculina, individual, urbana e espontânea. A maior parcela de imigrantes portugueses se dirigiu para as cidades da Amazônia, notadamente Belém e Manaus. Entretanto, registrou-se a ocorrência destes imigrantes em cidades do interior, como Santarém (Pará) e Barcelos (Amazonas). Quanto à origem dos migrantes subsidiados, destacam-se os oriundos dos seguintes distritos: Porto, Braga, Coimbra, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Aveiro. No tocante aos não subsidiados, as principais províncias de origem foram o Douro, Minho, Beira Alta, Estremadura e Beira Baixa.

No que tange à profissão dos imigrantes, encontravam-se caixeiros, comerciantes, marítimos, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, padeiros, trabalhadores avulsos, dentre outras. Muitos portugueses eram proprietários de estabelecimentos comerciais e industriais, onde empregavam muitos conterrâneos. Percebe-se, assim, a presença dos portugueses nos lados da oferta e da demanda de trabalho na Amazônia, ajudando a conformar um mercado de trabalho urbano na região.

Mais uma vez os registros de casamento das 3ª e 5ª Varas Cíveis nos auxiliam na exemplificação da imigração estrangeira e, em particular, na participação dos mesmos no mercado de

trabalho. No que tange os portugueses, encontramos 43 registros de casamento envolvendo esta nacionalidade, tanto do sexo masculino, como feminino. Referente às profissões, visualizamos artista, negociante, padeiro, comerciante, pintor, ambulante, ourives, dentre outros. Aqui registramos uma noiva que teria como profissão, modista. Nesta base de dados, poucas informações existem sobre a origem e procedência dos imigrantes, mas em alguns documentos elas estão presentes, das quais elencamos algumas, apenas para ilustrar: imigrantes nascidos nos Concelhos (municípios) de Gaia, Viana do Castelo, Estarreja, Gondomar, Chaves, Viseu, Guarda e Montalegre. Estes concelhos localizam-se, sobretudo, no centro norte do país.

Em pesquisa realizada na Biblioteca Pública Raul Brandão, em Guimarães, Portugal, encontramos, a partir de bibliografia consultada (CAEIRO; ROCHA-TRINDADE, 2000) imigrantes nascidos em Póvoa do Lanhoso, Peniche, Santo Tirso e Vouzela. Exerciam diversas atividades, como negociantes, comerciantes, fazendeiros, livreiros e empregados em fazenda.

Por fim, cabe ressaltar, como já apontado por Emmi (2009, 2013), que a maioria dos imigrantes dos quais tivemos acesso aos documentos, eram de procedência do Norte do país. Os principais portos de embarque eram os de Lisboa, Porto e Leixões. Para os emigrantes “ilegais” (como os jovens que fugiam do serviço militar obrigatório), o principal porto de saída era o de Vigo, na Galícia (Espanha), de onde também partiam a maior parte dos espanhóis que se dirigiam à Amazônia (e ao Brasil, como um todo).

A IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Atualmente, o fluxo de imigrantes estrangeiros em direção à Amazônia brasileira originários de outros continentes vem se reduzindo drasticamente, ao passo que ocorre um aumento de imigrantes oriundos do continente latino-americano, sobretudo dos países limítrofes ao Brasil e, em particular, dos próprios países amazônicos.

A imigração internacional para a Amazônia brasileira no final do século XX

Segundo dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2000, residiam na Amazônia Legal Brasileira, 29.741 pessoas não nascidas no Brasil. Ao tomar os migrantes acumulados no momento do Censo de 2000, Carmo e Jakob (2009) mostram os seguintes dados: o maior número de imigrantes estrangeiros residindo na Amazônia brasileira era de origem boliviana (4.554, ou 15,31%), seguido pelos peruanos (4.059, ou 13,65%) e os japoneses (3.093, ou 10,40%). Da Europa, eram 2.979 portugueses (10,02%), 1.240 italianos (4,17%) e 525 alemães (1,77%). Da América do Norte os mais representativos eram os nascidos nos Estados Unidos (973, ou 3,27%). Nascidos na Ásia, o maior contingente era de libaneses, com 376 pessoas, representando 1,26% do total de imigrantes estrangeiros na região. Da Oceania, eram 23 australianos (0,08%). Nascidos na África, os angolanos (185 indivíduos) eram os mais representativos. Os cubanos (178) eram os de maior número entre os centro-americanos. Paraguai, com 2.941 representantes, era o primeiro país sul-americano não amazônico no número de imigrantes residindo na Amazônia brasileira. O Equador era o país amazônico com o menor número de representantes residindo na porção amazônica brasileira, com apenas 100 pessoas (0,34%).

Quanto aos que haviam chegado nos dez anos anteriores ao Censo (1990-2000), num total de 14.501, Carmo e Jakob (2009) apresentam as seguintes informações: os peruanos são os que mais haviam chegado naquele período (2.512 – 17,33%); os bolivianos aparecem na segunda posição, com 2.043 (14,09%), os paraguaios são os terceiros do ranking, com 1.573 (10,85%) entrantes e os japoneses constam na quarta posição, com 860 (5,93%). Além do Japão, os não sul-americanos com o maior número de entrantes no período considerado são os nascidos nos Estados Unidos, com 696 indivíduos (4,80%), italianos, com 633 entrantes (4,37%) e portugueses, com 560 (3,86%).

Da Ásia, os que mais entraram no período foram os libaneses, com 121 indivíduos (0,83%); da África, os angolanos, 92, ou 0,64%. Da América Central, os principais entrantes foram os cubanos, com 178 indivíduos (1,23%). Da Oceania destacam-se os australianos, 23 indivíduos (0,16%). O Suriname foi o país amazônico com menos entrantes no período considerado, com 71 pessoas nascidas naquele país. São interessantes os casos cubano e australiano, haja vista que o número de nascidos nestes países em número acumulado é idêntico ao dos migrantes destes países chegados nos últimos dez anos. Isto leva a crer que a totalidade de imigrantes nascidos nestes dois países residindo na Amazônia à época do Censo chegou à região nos últimos dez anos. Cabe destacar os dados apresentados neste parágrafo se referem à nacionalidade dos imigrantes e não à sua procedência.

Dos dados apresentados acima, evidencia-se a importância do Peru e da Bolívia, tanto em termos de migrantes acumulados, como no tocante aos migrantes que chegaram à região nos últimos dez anos anteriores ao Censo Demográfico de 2000. Apenas há uma inversão de posição entre os dois países. Os bolivianos são os de maior número acumulado, ao passo que os peruanos estão em segundo lugar neste quesito. Entretanto, os peruanos foram os que mais aportaram na década anterior ao Censo, e os bolivianos, situam-se na segunda colocação neste quesito. Ademais, há uma redução da participação dos países europeus, de 20,8% do acumulado para 16,6% no movimento mais recente (nos dez anos anteriores ao Censo).

O que já fica claro a partir do Censo de 2000 (compreendendo o período 1991-2000) é que a migração para a Amazônia Legal brasileira está se tornando cada vez mais de curta distância, com a importância dos países da América do Sul, em particular dos próprios países amazônicos. Uma melhor forma de se verificar este movimento é explorada por Carmo e Jakob (2009) a partir dos dados censitários de 2000 do Brasil. A análise migratória feita pelos autores é a partir da etapa anterior dos estrangeiros que residiam a menos de dez anos no município em que foram recenseados, em termos de país ou unidade de federação. Para os nossos propósitos, usaremos apenas os dados referentes aos países de residência anterior.

Portanto, no tocante aos imigrantes internacionais da Amazônia Legal brasileira em 2000 com menos de dez anos de residência no município em que foram recenseados segundo país anterior, destacam-se novamente o Peru e a Bolívia. Do primeiro país chegaram 1.433 indivíduos (19,09%) e do segundo aportaram 1.272 (16,94%). Em terceiro lugar, outro país sul-americano, a Colômbia. De lá chegaram 577 pessoas (7,68%).

Dos Estados Unidos, primeiro país norte-americano, chegaram 425 indivíduos (5,66%). Do Japão, primeiro país asiático de procedência de imigrantes, entraram 263 (3,5%). De Cuba, primeiro centro-americano, foram 133 (1,77%). O primeiro país europeu na lista de procedência foi a Itália, com 217 indivíduos (2,9%). A Austrália, com 21 indivíduos (0,28%), foi o primeiro país

em número de imigrantes procedentes da Oceania. O Suriname foi o último país amazônico na lista de procedência de imigrantes estrangeiros, com apenas 45, ou 0,61%. Aqui também vale destacar que se trata do país de procedência do imigrante e não de seu país de origem, ainda que possa coincidir.

Da totalidade de dados apresentados e analisados por Carmo e Jakob (2009), verifica-se uma totalidade de 29.741 imigrantes internacionais vivendo na Amazônia Legal brasileira, como já apontado. Destes, 7.507 vieram diretamente de outros países para a região. Considerando os principais países latino-americanos e caribenhos de procedência (Peru, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Guiana, Venezuela, Guiana Francesa, Cuba, Argentina, Equador, Chile e Suriname), são 5.407 indivíduos, ou seja, 72% do total dos 7.507 procedentes diretamente de outros países.

Dos países amazônicos procederam nada menos do que 4.624 indivíduos, perfazendo 61,6% do total de imigrantes procedentes diretamente de outros países. Mais uma vez Bolívia e Peru assumem posição de destaque neste movimento migratório (36% do total). Este dado mostra a relevância da própria Amazônia internacional na procedência dos imigrantes estrangeiros residentes na Amazônia Legal brasileira. Os dados apresentados comprovam o caráter cada vez mais regional da migração internacional para a Amazônia brasileira. Há um incremento na migração intra-regional, entre os países amazônicos. Ainda que os dados não forneçam informações precisas sobre as regiões de procedência dos imigrantes no interior dos países amazônicos, tudo leva a crer que sejam da própria Amazônia os que estejam se deslocando para a Amazônia brasileira. Acredita-se assim, haver um incremento na migração intra-amazônica, entre as “diferentes” amazônias nacionais.

Carmo e Jakob (2009) analisam ainda de forma mais detalhada o fluxo migratório em direção à Amazônia brasileira, tomando os dados censitários sobre os migrantes internacionais que para lá se dirigiram entre 1995 e 2000. Aqui novamente se destacam o Peru e Bolívia como os principais “fornecedores” de imigrantes estrangeiros para a região. Do Peru, no período considerado, chegaram 805 indivíduos e da Bolívia foram 686. Em terceiro lugar, mais um país amazônico, a Venezuela, de onde aportaram 401 pessoas para a Amazônia brasileira.

Os autores mostram ainda que, a partir de uma tabulação adicional dos dados, os migrantes provenientes de outros países no quinquênio 1995-2000 são em sua maioria naturais destes países. Do Peru, 98,5% são peruanos de nascimento; os bolivianos de nascimento foram 95,4% dos chegados da Bolívia; já nascidos na Colômbia foram 90,9% dos procedentes deste país. Ainda no caso peruano, este país enviou 4.059 imigrantes para a Amazônia brasileira, dos quais 2.512 chegaram nos últimos dez anos, sendo que 1.433 vieram diretamente do Peru (35%). Dos que vieram diretamente do país, 805 (56% dos 1.433) chegaram no quinquênio 1995-2000 (Carmo e Jakob, 2009).

Assim, conforme Carmo e Jakob (2009), os países fronteiriços da Amazônia apresentaram uma crescente importância na imigração recente para a região, o que poderia indicar esta tendência na década seguinte (confirmada) ou ainda uma maior circularidade destes imigrantes na região. Nestas regiões fronteiriças verifica-se ainda uma imensa circularidade de pessoas, que realizam inclusive movimentos pendulares diários entre as localidades, para distintos fins, como trabalho e estudo, por exemplo.

A imigração internacional para a Amazônia brasileira na primeira década do século XXI

Segundo o censo demográfico brasileiro de 2010, analisado por Jakob (2015), na Amazônia Legal residiam 33.241 pessoas não naturais do Brasil, um incremento aproximado de 11% em relação ao verificado no censo anterior. Também aqui se destacam o Peru e a Bolívia. Este último se destaca como o país com o maior número de migrantes acumulados (16% do total, e 5.314 migrantes), seguido por Peru (15,4%), Paraguai (8,6%). Japão e Portugal são os primeiros entre os não sul americanos (pouco mais de 7% cada). Destaca-se ainda a Colômbia, com 2.219 indivíduos (6,7%) e a Guiana, 1.795 pessoas (5,4%). Da América do Norte destaca-se os Estados Unidos, com 1.444 indivíduos (4,3%). Da América Central, o destaque vai para Cuba, com 429 indivíduos, ou 1,3%. Vale também mencionar a China, com 429 indivíduos, cerca de 1,2% do total.

Em relação àqueles que chegaram nos últimos 10 anos (total de 17.948 indivíduos) ao município de residência, os dados novamente evidenciam a importância do Peru e da Bolívia. Neste quesito o Peru se encontra na primeira posição, com 3.093 indivíduos (17,2%); a Bolívia vem em segundo lugar com 2.522 pessoas (14,1%), Paraguai em terceiro com 1.618 (9,0%) e Colômbia (1.306 – 7,3%) na quarta colocação. Os Estados Unidos, na quinta colocação, com 1.183 indivíduos (6,6%), são os primeiros da América do Norte. Cuba, com 332 indivíduos (1,9%) é o primeiro país da América Central. Ainda da América do Norte, 215 (1,2%) eram oriundos do México. No que toca aos países amazônicos, além dos já citados Peru, Bolívia e Colômbia, da Guiana são 687 (3,8%) entrantes no decênio anterior; da Venezuela são mais 450 (2,5%); da Guiana Francesa outros 435 (2,4%) e do Suriname mais 202, ou 1,1%. Cabe destacar que, nos últimos quatro anos o número de venezuelanos entrantes elevou-se drasticamente, haja vista os problemas de ordem econômica e social que tem ocorrido naquele país.

Percebe-se ainda a redução da participação dos países europeus, de 19,2% no acumulado para 18,4% da migração mais recente (Jakob, 2015). Portugal é emblemático neste sentido (redução da participação de 7,4% para 4,8% do total de imigrantes) (Jakob, 2015). Em relação aos países asiáticos, o Japão também apresenta forte redução de importância ao se comparar os migrantes acumulados e aqueles que chegaram recentemente (de 7,3% para 4,2%). Ratifica-se a tendência observada no Censo de 2000, de que a imigração estrangeira em direção a Amazônia Legal brasileira está se tornando cada vez mais de curta distância, com o aumento da relevância dos países amazônicos como “fornecedores” de imigrantes.

Analisando de forma mais acurada a imigração de estrangeiros na Amazônia, Jakob (2015) apresenta as informações a respeito dos migrantes internacionais que lá chegaram no quinquênio 2005-2010 (total de 7.101 indivíduos), provenientes de outros países. No período 1995-2000, entre os seis primeiros países colocados (Peru, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Venezuela e Guiana), cinco possuíam limites com a Amazônia, (com 65,5%). No topo estava novamente o Peru, com 1.201 indivíduos (16,9% dos 7.101), seguido da Bolívia, com 1.072 (15,1%) e da Colômbia, com 698 pessoas (ou 9,8%).

Da Ásia, destaca-se o Japão, com 356 indivíduos (5,0%); da América do Norte, os Estados Unidos (559, ou 7,9%) e, da Europa, Portugal, com 348 entrantes (4,9%). Ainda dos países amazônicos, seguem a Guiana, com 271 indivíduos (3,8%), a Guiana Francesa, com 180 pessoas (2,5%), a Venezuela (170 ou 2,4%) e o Suriname, com 36 indivíduos, ou 0,5% do total. Do Equador são apenas 12 indivíduos. São no total procedentes de pelo menos 43 países, dentre eles: Guiné Bissau, Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe, Angola, Togo, Sudão, Guatemala, Índia, Ucrânia, Cabo Verde, Noruega, Escócia, Filipinas, dentre outros.

Assim, no período 2005-2010, Estados Unidos, Japão e Portugal ganharam participação. Estes três países, historicamente receptores de migrantes brasileiros, assumem papel de emissores de migrantes, inclusive para a Amazônia brasileira. Segundo Jakob (2015),

a crise econômica dos anos 2000 deve ter um papel importante neste sentido, assim como a maior visibilidade do Brasil na área internacional, em função de sua economia mais estável e de importantes eventos esportivos realizados (Pan-Americano do Rio, Copa das Confederações, Copa do Mundo de Futebol), e a se realizarem nos próximos anos como as Olimpíadas no Rio (2016) (p.258).

Ainda segundo Jakob (2015), três países fronteiriços da Amazônia (Peru, Bolívia e Colômbia) – também amazônicos - apresentaram uma importância crescente da imigração recente em termos de volume (mantendo sua participação percentual). Tomando como exemplo o Peru, o autor mostra que este país enviou no total 5.102 imigrantes para a Amazônia, dos quais 3.093 deles haviam chegado nos últimos 10 anos (60%), sendo que 1.201 chegaram no quinquênio 2005-2010 diretamente daquele país. Argumenta ainda que a Bolívia apresenta situação distinta da apresentada pelo Peru, visto que somente 47% dos bolivianos chegaram ao norte na década de 2000 (os demais chegaram antes de 2000). E ainda, 42% destes migrantes (chegados nos anos 2000) chegaram diretamente da Bolívia para o município de residência no período 2005-2010.

Em relação aos colombianos, 58% se estabeleceram na Amazônia brasileira nos últimos 10 anos, dos quais 53% vieram diretamente de seu país no quinquênio 2005-2010. Cabe destacar ainda os migrantes dos Estados Unidos, uma vez que 82% deles chegaram nos anos 2000, e grande parcela destes no quinquênio 2005-2010, demonstrando um significativo aumento de sua participação na imigração recente para a região (Jakob, 2015).

Entretanto, gostaríamos de destacar novamente a importância dos imigrantes procedentes dos próprios países amazônicos. Mesmo que não tenhamos os dados sobre suas regiões de origem dentro de seus países (se na Amazônia ou não), tudo leva a crer que os mesmos sejam procedentes da Amazônia de seus países, caracterizando assim uma crescente tendência a um fluxo migratório intra-regional (intra-amazônico). O número de imigrantes procedentes de países amazônicos representa 51% do total dos estrangeiros chegados à Amazônia brasileira entre 2005 e 2010.

Ainda que tenha havido uma queda percentual se comparado ao quinquênio (1995-2000) do decênio anterior (1990-2000) (61,6%), ainda assim os imigrantes procedentes de países amazônicos representam mais da metade do total de indivíduos que vieram diretamente de outros países para a Amazônia brasileira. A queda foi percentual, mas em números absolutos (retirando os procedentes do Suriname e Equador nos dois quinquênios considerados) o valor subiu aproximadamente 32,3% (de 2.716 para 3.592). Os principais “fornecedores” de imigrantes, Peru e Bolívia, tiveram sua participação relativa reduzida, mas o total deles aumentou para ambos os países.

Em suma, ao considerarmos os dados dos dois últimos Censos populacionais do Brasil, (2000 – 2010) percebemos a intensificação da imigração internacional para a Amazônia brasileira, sobretudo dos próprios países amazônicos, conformando uma imigração intra-regional (intra-amazônica). Conforme os censos demográficos de 2000 e 2010, cerca de 40% de todo fluxo migratório internacional para a Amazônia brasileira é proveniente de países Amazônicos, diferentemente de outras épocas em que os maiores volumes originavam-se de países europeus – Portugal principalmente, Japão e EUA. Ao tomarmos somente o último

quinquênio (2005-2010) considerado no intervalo censitário de 2000 a 2010, o número de imigrantes chegados diretamente dos países amazônicos representa mais de 50% do total.

Como destacamos anteriormente e segundo Lira (2017), os registros dos países de origem dos imigrantes internacionais nos últimos censos demográficos brasileiros mostraram que houve mudanças importantes na origem e nos volumes destes migrantes. Segundo o autor, os dados das PNAD de 2011, 2012 e 2013 mostram um incremento substancial no número de migrantes internacionais residindo na Amazônia brasileira. Em 2000 o Censo apontava um total de 29.741 pessoas, enquanto em 2010 o censo demográfico mostrou que a população de imigrantes internacionais na região era de 33.218 pessoas. Já a PNAD de 2013 estima um total aproximado de 45 mil estrangeiros (IBGE, 2013). Nas palavras de Lira (2017, p.73):

Se tomarmos em conta que os processos mais recentes como a chegada de imigrantes haitianos e senegaleses não foram aferidas pelo censo demográfico de 2010, talvez estes imigrantes recentes (haitianos, senegaleses e etc.) somados à concentração de imigrantes nas fronteiras (sobretudo provenientes de países fronteiriços) sejam a resposta para esse aumento (grifo nosso).

Atualmente (2019), este número é ainda maior, particularmente em função da grande entrada e permanência de venezuelanos em Roraima, assim como o número crescente destes imigrantes se dirigindo para o Amazonas, estado vizinho a Roraima. Como dito anteriormente, nos últimos 4 anos tem havido uma crescente migração de venezuelanos para Roraima, dada a situação econômica, social e política em curso naquele país sul-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com este ensaio, realizar um balanço das imigrações internacionais para a Amazônia brasileira, tomando como análise os períodos entre o final do século XIX/início do século XX, e, entre o final do século XX e os primeiros anos do século XXI. Nosso objetivo foi demonstrar a importância destes fluxos e, sobretudo, mostrar as modificações ocorridas entre os períodos analisados.

No período mais distante, os imigrantes procedentes de países europeus, como Portugal, Espanha e Itália, destacavam-se, em consonância com os acontecimentos ocorridos durante a época em que se inserem estes fluxos, o das grandes migrações internacionais. Soma-se a isto o boom da economia da borracha na região e as políticas de chamamento de imigrantes por parte de províncias amazônicas, em particular o Pará.

Já na contemporaneidade, os países tradicionalmente “fornecedores” de imigrantes para a Amazônia brasileira cedem espaço para os países amazônicos. Além de uma tendência verificada nos Censos de 2000 e 2010, eventos conjunturais têm contribuído para este movimento, como o caso de milhares de venezuelanos que, fugindo da situação econômica e política da Venezuela, têm deixado o seu país em direção à Amazônia brasileira, sobretudo o vizinho Roraima e o Amazonas.

¹ pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Instrumento de coleta de dados feita anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o mesmo órgão responsável pelo Censo Demográfico. Apesar das diferenças metodológicas entre este instrumento e o Censo, é uma ferramenta importante utilizada pelos pesquisadores da área demográfica (e outras) no Brasil. Para maiores esclarecimentos, sugerimos a leitura de Lira (2017).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÓN, Luis Eduardo. *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.

BASSANEZI, Maria Silvia. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide (org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Funuap, 1995, p. 1-38.

CAEIRO, Domingos; ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. *Migrações e migrantes 1850 – 1930*. Lisboa: Edições INAPA, 2000.

CARMO, Roberto Luiz do; JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A migração estrangeira recente na Amazônia Legal Brasileira”. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009, p. 2015-219.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Página oficial do Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém <<http://www.ufpa.br/cma/imigracao/imigracao.html>> . Acesso em: 25 mai. 2017.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Pastas dos Processos de Casamento da 3ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Pará entre 1899 e 1909.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Pastas dos Processos de casamento da 5ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Pará entre 1899 e 1909.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DEMASI, Luiz Geraldo. *Italianos em Manaus*. Manaus: Reggo, 2015.

EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira*. Belém: NAEA, 2013.

EMMI, Marília Ferreira. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX: o caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009, p. 263-279.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Página oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso: 29 jul. 2017.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman A migração internacional recente na Amazônia brasileira. *REMHU*, no. 45, p. 249-271, 2015.

LIRA, Jonatha Rodrigo de Oliveira. *Migração e mobilidade na fronteira: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia brasileira*. Tese. 2017. (Doutorado em Demografia) - Programa de Pós-Graduação em Demografia/ Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

SANTOS, Adair J. *História da livre iniciativa no desenvolvimento socioeconômico do Estado de Roraima*. Boa Vista: FECOMÉRCIO RR, 2004.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SMITH, Francisco Pereira Júnior; GARVÃO, Rodrigo Fraga. A imigração subsidiada: os contratos para introdução de espanhóis no Pará. *Revista Crítica Histórica*. Maceió, ano VI, no. 11, p. 174-195, 2015.

STAEVIE, Pedro M. Imigração estrangeira, economia e mercado de trabalho na Amazônia brasileira entre o final do século XIX e início do século XX. *Revista Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 26, n.1 [35], jan/jun. p. 153 – 172, 2018.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.